

## ORGANIZAÇÃO POPULAR: da resistência às alternativas

Jose Humberto da Silva\*

**RESUMO:** *Pretendemos, neste trabalho, apresentar alguns resultados obtidos a partir da investigação de uma experiência educativa, o Curso de Gestão e Planejamento: alternativas de organização popular, desenvolvido na comunidade de Cajazeiras, região periférica de Salvador pelo Instituto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos-CNM/Central Única dos Trabalhadores-CUT.*

**Palavras-chave:** Educação; Resistência; Organização popular

### INTRODUÇÃO

A década de 90 é caracterizada por uma série de mudanças socioeconômicas, oriundas principalmente da globalização da economia, da reestruturação produtiva e privatização das empresas públicas, o que representou para os/as trabalhadores/as, principalmente aqueles/as inseridos/as no mercado formal, uma dramática ruptura causadora de desempregos com índices jamais vistos na nossa história. É no mercado formal, através da reestruturação produtiva, que as novas formas de produção apresentam suas conseqüências mais visíveis, uma vez que permitem a redução de custos, o aumento da produtividade, o crescimento da economia, com a diminuição dos postos de trabalho. Para estes homens e mulheres, é imposto como cenário o desemprego estrutural com conseqüente precarização do trabalho, terceirização da mão-de-obra, aumento dos trabalhos temporários, flexibilização das leis trabalhistas traduzidas em perdas de direitos fundamentais, duramente conquistados pela luta dos/das trabalhadores/as.

Vive-se numa conjuntura constantemente contraditória: de um lado, o enorme crescimento da produtividade e da incorporação de novas tecnologias, principalmente da microeletrônica e da informática à produção e organização; e, de outro, a eliminação de postos de trabalho, levando à crescente exclusão de um número, cada vez maior, de trabalhadores/ras no mercado de trabalho. Com isso, a reprodução do capital –trabalho tomou novos rumos; desenvolveu um plano sócioeconômico centrado no monopólio dessas novas tecnologias, superando mercados e fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, culturais e civilizatórios. Globaliza-se tudo, caracterizando-se como um processo de mundialização sócio-político-econômico-cultural.

Para uma reflexão crítica a respeito dessa globalização, vale referir a categorização construída por Milton Santos. “De fato, se desejamos escapar á crença que esse mundo assim apresentado é verdadeiro e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só”. Para o autor, o primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula. O segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade. O terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

A “globalização como fábula” representa a dimensão produzida pela “máquina ideológica” que através de um sem número de recursos potentes, como a mídia,

---

\* Psicólogo, Professor da Universidade do Estado da Bahia, mestrando em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, na linha de pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável.

nos faz acreditar em muitas fantasias. Uma delas, a certeza de que viveremos numa “aldeia global” pelo fato de acreditarmos que a difusão instantânea de notícias e informações aproxima e informa as pessoas. Há uma falsa impressão de que o mundo está menor e que todos podem deslocar-se rapidamente para qualquer parte. Fazem-nos crer que existe um mercado global capaz de atender a todos, de “homogeneizar o planeta” e permitir a todos a satisfação de seus desejos de consumo e satisfação de necessidades básicas, mas, na realidade, este mercado só está verdadeiramente a disposição de um grupo privilegiado, representativo de uma pequena parte da população. Assim, mais uma vez, a mundialização da sociedade capitalista usa de todos os meios para transformar em “ideologia dominante a ideologia da classe dominante”.(2001:18)

Há um aprofundamento das desigualdades sociais e a maioria dos/as trabalhadores/as permanece à margem da maioria dos benefícios sócio-culturais. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), só, na cidade de Salvador, mais 27% da população economicamente ativa está desempregada, o que expressa o maior índice de desemprego do Brasil.

Assim, a verdadeira face da globalização assim pode ser descrita:

“A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização”. (Santos, 2001: 21).

Essa verdadeira globalização acelerou e impeliu um número de trabalhadores/as, antes incluídos/as no mercado formal, a somar-se aos historicamente excluídos, pertencentes ao mercado informal. Em função de a referência social do trabalhador/a estar atrelada à sua inserção na economia, a perda formal significa muito mais que a perda financeira. “Deixa as pessoas cabisbaixas, rouba a sua auto-estima. E faz as pessoas até perderem o rumo na vida, sentindo-se inúteis e impotentes frente ao problema... Cala fundo as pessoas”. ( Dari Krein, 1999,64)

Dentro dessa realidade, muitos estudiosos têm se perguntado, nos últimos anos, qual será o futuro do trabalho? Uma perguntada certamente compartilhada por todos nós brasileiros/as. Haverá trabalho no futuro, em suas diferentes formas e especificidade, como estamos acostumados a conhecê-lo? Com os sucessivos avanços tecnológicos, os índices de desemprego continuarão a aumentar progressivamente, condenando o homem/mulher a ficar para sempre, marginalizado/a ou excluído do mundo trabalho?

Para Gurgel (1996, p. 33), o momento que estamos vivendo, de crescente taxas de desemprego, não é uma crise de curta, média ou longa duração: trata-se, na verdade, de um novo sistema que se instaura e que abolirá massivamente o trabalho. Um sistema que divide a classe trabalhadora, forçando todos/as a lutarem contra todos/as, a fim de obter o trabalho que ele mesmo aboliu.

O impacto dessas mutações na organização dos/das trabalhadores/as é intenso, pois a flexibilização do trabalho traz no seu bojo o desmantelamento da organização coletiva através do enfraquecimento das categorias que, além de ter sua base diminuída pelas inúmeras dimensões, passam a lutar pela manutenção do emprego, tirando de foco as conquistas sociais tanto ligadas à fábrica como às lutas mais gerais da sociedade.

A Bahia não escapou desta crise. Na região metropolitana de Salvador, para cada quatro pessoas economicamente ativas (ou seja, aquelas com mais de dez anos em condições de trabalhar), uma delas ou nenhuma tem forma de ocupação remunerada (desemprego aberto), ou

desistiu de procurar emprego (desemprego por desalento), ou vive de “bicos” (desemprego por precarização do trabalho).

Essa crise, por conseguinte enfraquecimento do sindicalismo, na década de 90, levou o movimento sindical a repensar seu papel. Nessa trajetória, cresce a perspectiva de ampliação do papel do movimento sindical na sociedade estruturando-se

um sindicalismo social e mais solidário, integrado a cidadania, um sindicato orgânico, mas também cidadão, que represente os trabalhadores e que seja movimento social, que dê conta dos desafios do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório. Integrando trabalho e meio ambiente, trabalho e educação, trabalho e feminismo, trabalho e cultura, trabalho e bem-estar, trabalho e juventude, trabalho e terceira idade (NASCIMENTO, 1997, p.83)

Porém é o eixo trabalho e educação que ganha especial importância na busca da retomada do fortalecimento do movimento sindical, uma vez que passa a haver resgate da educação como estratégia para intervenção sindical e promoção da sustentabilidade local, sobretudo no que diz respeito à organização dos (as) trabalhadores/as. Esse movimento trouxe à tona a necessidade de ressignificação do processo formativo/educativo do trabalhador/a.

É, sobretudo a partir de 1996, com a liberação do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) através do PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) do Ministério do Trabalho e Emprego, que as centrais sindicais passam a desenvolver, com o acesso e a possibilidade de gerenciamento de recursos públicos, propostas metodológicas inovadoras voltadas a atender às necessidades dos/as trabalhadores/as. Nesta perspectiva, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT propôs desenvolver uma experiência de educação profissional, no sentido de implementar as resoluções de seu 3º Congresso Nacional, relativas à ampliação do debate e da reformulação de uma política para a formação profissional.

Foi então criado/elaborado o Instituto Integrar/Programa Integrar<sup>1</sup>, cuja finalidade é desenvolver uma experiência metodológica de formação de trabalhadores/das desempregados/as ou em risco de perder o emprego que contribua para a criação de trabalho, emprego e renda e de combate ao desemprego e à exclusão social.

Frente a esta conjuntura, o Programa Integrar começa a implantar suas ações pautadas em um projeto de desenvolvimento centrado nas aspirações dos sujeitos excluídos da vida econômica, social e política, um projeto de resgate das potencialidades locais, atendimento às necessidades humanas em sua plenitude; um projeto de desenvolvimento em que os seres humanos sejam agentes e beneficiários, que negue a lógica excludente do desenvolvimento capitalista na região.

Na Bahia este projeto foi materializado em 1999 na construção e implantação de um dos seus cursos, intitulado *Gestão e Planejamento: Alternativas de organização popular*, oferecido a nove comunidades periféricas de Salvador (São Cristóvão, Fazenda Coutos, São Gonçalo, 7 de Abril, Alto do Coqueirinho, Curuzu, Bairro da Paz, Ribeira e *Cajazeiras*). Esta última, o maior complexo habitacional da América Latina, com 184.815 habitantes, segundo o último censo do IBGE. Sua constituição merece uma ressalva, pois reflete a das camadas sociais que, durante

<sup>1</sup> Atualmente o Integrar está presente em 17 estados brasileiros (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas), contribuindo, até então, com a formação de mais de trezentos e cinquenta mil trabalhadores/as, nos seus programas de elevação de escolaridade - ensino fundamental, médio e superior, de formação de formadores, de cipeiros, conselheiros, nas oficinas e laboratórios pedagógicos, nos cursos de informática, de Gestão e Planejamento: alternativas de organização Popular e nos cursos de extensão de Economia do trabalho e Gestão Pública.

séculos, ficaram à margem dos benefícios do desenvolvimento sócio-econômico da cidade de Salvador. Representa a história de uma herança social: um bairro de exclusões históricas iniciadas com a instalação do “Leprosário”, passando a ser também uma cidade dormitório dos operários do Complexo Petroquímico nas imediações da cidade de Camaçari e, com o passar dos tempos, local dos seqüelados/as que expressa atualmente altos índices de desemprego e exclusão social.

O curso desenvolvido nesta comunidade de *Gestão e Planejamento: Alternativas de organização popular* tem como objetivos sistematizar o estudo sobre a comunidade, suas necessidades e as ações coletivas desenvolvidas pelos/as trabalhadores/as; introduzir noções formais sobre elaboração de projetos, de planejamento e de gestão coletiva de empreendimentos; organizar e debater a respeito de “o que fazer?”, “por que fazer?”, “para que fazer?” e “como fazer”? – questões que precedem um projeto; desenvolver projetos de alternativas ao desemprego e de intervenção em políticas públicas; discutir o levantamento de dados, análise e estudos técnicos sobre viabilidade econômica, estrutura física e administrativa e recursos humanos para implantação de unidades solidárias; organizar cooperativas autogestionárias e associações no processo de construção da economia solidária.

Tendo como um dos seus objetivos, senão o principal, contribuir para um processo de gestação de empreendimentos autogestionários com geração de trabalho e renda, pautados no modelo de Economia Solidária. A pesquisa vem investigando como os/as trabalhadores/as que participam destes cursos de *Gestão e Planejamento: alternativas de organização popular* se apropriam dos saberes mediatizados e como os ressignificam na sua vida cotidiana.

Acreditamos que a pesquisa, ora em andamento, possa contribuir com as discussões das perspectivas postas na contemporaneidade, sobre o papel dos espaços educativos para o desenvolvimento local sustentável e fomentar a (re)construção de políticas públicas a partir das experiências formativas dos (as) trabalhadores (as) que, mesmo à margem do academicismo, articulam a educação e alternativas de organização de trabalho e renda na busca da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

## O CAMINHO INVESTIGATIVO

Situamos o nosso objeto de estudo dentro da realidade onde a situação de pesquisa se efetiva, por isso a ênfase no cotidiano da comunidade de Cajazeiras, atendida como espaço de pesquisa. Dessa forma, esta é uma pesquisa que propõe analisar/estudar a contribuição dos cursos de *Gestão e Planejamento: Alternativas de Organização popular* a partir do cotidiano desta comunidade periférica pesquisada, aqui considerado/percebido como “um lugar rico e fecundo das questões sociais (...) [sendo nele] que as contradições, os paradoxos, as ambigüidades, as insuficiências, os inacabamentos, as necessidades, as rotinas e os conflitos apresentam-se como faces inerentes à especificidade humana”. (MACEDO, 2000, p.65)

Sabendo que os estudos de caso buscam o conhecimento do particular, são descritivos, indutivos, buscam a totalidade, a compreensão e a descrição do contexto e da população em estudo, a evolução do evento, do projeto, optamos por fazer um estudo dessa natureza, estabelecendo como contexto<sup>2</sup> os cursos de *Gestão e Planejamento: alternativas de Organização popular* oferecido pelo Instituto Integrar da CNM/CUT à comunidade de Cajazeiras. O estudo de caso, segundo nos fala Lüdke e André (1986, p.19), por “sua natureza nos permite uma

<sup>2</sup> (MACEDO 2000, p.65) nos chama a atenção para o fato de que a necessidade de contextualização é uma das bases da desconstrução da ciência formal e nomotética. O contexto, tal como conceitua, é uma construção onde a intersubjetividade é condição incontaminável.

apreensão rica e aprofundada das questões empíricas”, ao tempo em que nos abre perspectivas para uma construção mais intersubjetiva, o que é fundamental para nossos objetivos.

Para tentar compreender a problemática da pesquisa, como os trabalhadores/as que participam dos cursos de Gestão e Planejamento: alternativas de organização popular se apropriam dos saberes mediatizados e como os ressignificam na sua vida cotidiana, temos como etapas: identificar as mudanças ocorridas nas vidas dos/as educandos/as egressos/as das 2(duas) últimas turmas, a partir da conclusão do curso. Utilizando questionários e entrevistas para coleta de dados, será feito o mapeamento das organizações emergentes deste curso através dos indivíduos do universo pesquisado; coleta de informações acerca das organizações a fim de perceber as perspectivas de desenvolvimento subjacente, suas propostas e ações, utilizando, para tanto, os documentos que contemplam a proposta e princípios das organizações identificadas e observações do cotidiano dessas organizações. Por meio de questionários e entrevistas, será investigado se houve ou não participação dos/as educandos/as nas ações reivindicatórias na comunidade pesquisada; sistematização e análise dos dados coletados e redação da dissertação do mestrado.

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Um dos princípios que norteiam o nosso caminhar nesta pesquisa ainda é a “certeza” de que a educação é um dever do estado e um direito de todos/as, mesmo sabendo que, ao longo do tempo, poucos eram aqueles que conseguiam ter acesso à escola formal; afinal, a classe trabalhadora sempre esteve, total ou parcialmente, excluída dela. Quando presente, servia de instrumento para a formação de mão-de-obra responsabilizando-se puramente em preparar homens e mulheres para o mercado de trabalho.

Apesar dessa conjuntura, o sistema neoliberal impõe ao/a trabalhador/a total responsabilidade pela sua não-qualificação, por conseguinte sua exclusão do mercado de trabalho. Esta dura situação afeta profundamente a auto-estima do trabalhador (a), já que recai sobre si a culpa do desemprego. Assim, estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade, fazendo com que a educação formal e qualificação sejam situadas como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da empregabilidade. Logo, como afirma CONCEIÇÃO, “a educação sai do campo do direito e insere-se no campo do desenvolvimento econômico (como mais um valor agregado ao mercado)” (2000, p.17)

São muitos os que, atualmente, contrapõem este paradigma de educação, reivindicam a necessidade de que as pessoas tenham uma educação integral. Diferentes sujeitos, a partir de diferentes lugares, têm construído práxis que revelam um descontentamento com processos educativos que não propiciem um desenvolvimento das múltiplas dimensões da pessoa humana. É nesta busca que nos guiamos a pensar e questionar a educação: “que áreas de conhecimentos e eixos temáticos se fazem necessários à formação integral dos indivíduos em formação?”, “como a educação poderá instrumentalizar a classe trabalhadora num mundo de mudanças rápidas e que exige cada vez mais “competência” para o acesso ao mundo do trabalho?”, “que/quais contribuições a educação dará na formação de novas organizações populares?”, “que respostas a educação deverá apontar para as/os trabalhadores/as numa conjuntura instável e onde os interesses passam pela especulação e exploração da mão-de-obra?”.

Diante das nossas inquietações, a única certeza é que a educação por si só não é a mudança, mas é um veículo de resistência, organização e de transformação. Educação esta concebida não como um fim, mas como meio para o resgate da auto-estima e das potencialidades



poupadas do/a trabalhador/a, como também pela materialização de um processo de construção do conhecimento e de alternativas que primem pela participação do sujeito, concretizando a dimensão coletiva do trabalhador/a e da produção, onde possam expressar valores como os da solidariedade, respeito aos limites e potencialidades do outro como ser único e integral.

No seu primeiro livro **Educação como prática da liberdade**, no qual sistematiza a sua experiência pernambucana em Potiguar, Freire define muito bem a educação em que acreditamos e buscamos 1999,p.35:

Ir ao encontro do povo...e ajudá-lo a inserir-se no processo criticamente. E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo meio, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização.

Em suma, uma educação que expulse o hospedeiro ideológico do dominador para se tornar sujeito ativo no mundo. Uma educação emancipadora que aponte para outra realidade, que o futuro não seja algo pré-acabado, mas um desafio a ser vencido. Como afirma Paulo Freire, “saber do futuro como problema e não inexorabilidade. Saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo”.(1999,p 35)

É esta educação que se torna um meio indutor da organização popular e a materialização de alternativas solidárias ao desemprego. Dessa forma, cremos ser possível definir uma estratégia educativa que estimule as comunidades a fomentar programas de desenvolvimento local sustentável. Vale lembrar que essa sustentabilidade não se reporta a fenômenos ecológicos/ambientais *strictu sensu*, ao contrário, pensa e repõe a integralidade das relações sociais em um modelo de economia solidária. Para Singer (2000, p.13), a economia solidária

(... ) surge como um modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo criando e recriando periodicamente pelos que se encontram(ou temem ficar) marginalizados) do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com princípio da socialização destes meios(do capitalismo). Sobre o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si.

Quanto às possibilidades de consecução de um projeto de desenvolvimento em âmbito nacional e local, baseado nessas premissas, entendemos que é necessário compreender o caráter excludente em que se deu o desenvolvimento da economia nessas esferas e, a partir dessa leitura, envolver setores marginalizados e excluídos do processo produtivo, do acesso aos meios e instrumentos de produção ou mesmo apenas do acesso a uma relação salarial formal e juridicamente estabelecida.



## 5. REFERÊNCIAS:

ACSEELRAD, Henri e LEROY, Jean-Pierre. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática. Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático.** N 1 Rio de Janeiro: FASE, 1999

COULON, A. **Etnometodologia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995

CUT, Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste. **A prática política e pedagógica no Nordeste – Um diálogo com as experiências.** Recife, 2000

CONCEIÇÃO, M. e MELEIRO, W. P. **Princípios da Formação em Política Nacional de Formação: História, Princípios e Organização Nacional –CUT:** 1999

FAVERO, C. S. e RODRIGUES, S. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna.** Salvador: UNEB, 2002

FRANCO, M. C. **Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália”.** In: **Educação e Crise no Trabalho: perspectivas de final de século.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996

\_\_\_\_\_. **Pedagogia como Prática da Liberdade:.** São Paulo: Paz e Terra, 1999

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000

FRIGOTO, G. **Educação e Crise no Trabalho: perspectivas de final de século.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995

\_\_\_\_\_. **O enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional** (mimeo), 1987. (Simpósio sobre Diferentes Enfoques na Pesquisa Educacional Brasileira, Vitória – ES, 1987).

GADOTTI, M. G. **Educação Comunitária e Economia Popular.** São Paulo: Cortez, 1995

GOHN, M. G. **Movimentos sociais do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003

LEROY, Jean-Pierre. **Da Comunidade Local às Dinâmicas Microrregionais na Busca do Desenvolvimento Sustentável.** Projeto Regional Nordeste de Qualificação Profissional e Desenvolvimento Solidário. Caderno Curricular.Módulo II. Escola Nordeste da CUT, 1999

LUDKE, M. A. M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.



MACEDO, R. S. **A Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, 7ª edição, São Paulo: Hucitec, 1989

RUMMERT, S. M. **Capital e Trabalho Convergências e Divergências. Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, n° 4, p. de 23 a 37, agosto/dezembro/1998

SINGER, Paul. **Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo**. São Paulo: Proposta, 1997

\_\_\_\_\_ **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998